



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

SENTENÇA

Processo nº: **1085652-32.2018.8.26.0100**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **João Agripino da Costa Doria Junior**
 Requerido: **Camilo Cristofaro Martins Junior**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de indenização por danos morais, ajuizada por **JOÃO AGRIPINO DA COSTA DORIA JUNIOR** em face de **CAMILO CRISTÓFARO MARTINS JUNIOR**, à alegação de que mantém o réu, vereador, em suas páginas oficiais nas mídias sociais *Instagram e Facebook*, publicações de conteúdo inverídico e ofensivo, propagado, igualmente, via *WhatsApp*, em manifesto e inadmissível abuso dos direitos de liberdade de expressão, de manifestação e de crítica, porquanto proferido à guisa de perseguir-se o autor, figura pública, com vitupérios (“mentiroso”, “aproveitador”, “crápula”, “carreirista”, “oportunista”, “enganador”, fanfarrão”, “corrupto”, “João Pinóquio Dória”) e acusações de ilícitos sujeitos à pena privativa de liberdade, todos tendentes a lesar seus direitos da personalidade, sobretudo aquele à honra, e induzir em erro não só os leitores das páginas *retro*, como aqueles com quem as *fake news* se compartilham, via *web*. O réu, prossegue, inspirar-se-ia em escuso viés de promoção de candidato da oposição ao Governo do Estado de São Paulo, à custa do autor, a quem apoiara em campanha para a Prefeitura do Município de São Paulo, em 2.016. Protestou pela condenação do réu a retratar-se publicamente, com pedido de desculpas de que conste preciso o seu arrependimento, bem como ao pagamento de montante arbitrado em *quantum* não inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a título de reparação por danos morais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

Citado, o requerido contestou o pedido e pugnou pela sua improcedência (fls. 74/169), aduzindo, em epítome, preliminarmente, a sua imunidade parlamentar, como vereador, titular de denúncia por crime de responsabilidade contra o ora autor, acobertado pela garantia à inviolabilidade de suas opiniões e críticas, à vista do bom e adequado exercício de suas funções em cargo eletivo, as que o autor pretende, graças ao abuso do direito de ação, com a atuação de time de advogados para monitoramento e retirada de conteúdo *on-line*, silenciar e censurar politicamente, a fim de promover-se em campanha ao cargo de Governador do Estado de São Paulo. No mérito, suscitou margearem-se mais amplas críticas e menor privacidade ao autor candidato ao Governo do Estado de São Paulo, mormente em que respeita à fiscalização e à notícia, verdadeira, de irregularidades em sua atuação, imprescindível à democracia. As denúncias, redargui, constituíram fatos anteriormente veiculados e debatidos em meios de comunicação (a interposição da ação por improbidade administrativa de autos n.º 1015273-13.2018.26.0053, a exposição de compromissos de campanha descumpridos), e o réu meramente houvera a elas conferido tom satírico e linguagem iconográfica, bem como ilustração por fotomontagens e apelidos (“Dorióquio”) de autoria alheia, para a compreensão do leitor leigo, nos esteios de suas liberdades de expressão e pensamento, sem extrapolar a fronteira dos direitos da personalidade do autor e ao encontro do direito à informação dos visitantes de suas páginas *on line*, a quem se restringe a discussão e a crítica contundente à postura do ex-prefeito. Infirmou, à falta de demonstração do ilícito, o dever de retratação pública, prejudicado o pleito reparatório dos danos morais, arbitráveis senão em sede de considerarem-se as circunstâncias específicas do caso.

Réplica às fls. 174/195.

Instadas as partes à especificação de provas, rogou o réu pelo julgamento antecipado da lide, às fls. 198/204, e o autor, às fls. 206/207, pela produção de prova oral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

Vieram documentos.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A causa está madura para julgamento, na forma do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, porquanto a questão de mérito versada nos autos é de fato e de direito, todavia não há necessidade da produção de outras provas.

Preambularmente, insta sobrelevar impertinente à hipótese dos autos a imunidade parlamentar, uma vez que as manifestações via *web*, pela propagação de conteúdos via *Facebook, Instagram e WhatsApp*, não se albergam pelo manto da regra inserta no art. 29, inciso VIII, da Constituição da República.

A inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município **não** alcança toda declaração pública, em quaisquer ambientes ou contextos (Agravio Regimental no Recurso Extraordinário n.º 583.559/RS, STF, 2.ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, j. 10 jun. 2008).

Vide:

**DANO MORAL – VEREADOR –
 DIATRIBES ATIRADAS CONTRA PESSOA DA
 TRIBUNA DA CÂMARA – IMUNIDADE
 CONCEDIDA QUE NÃO É ABSOLUTA –
 CONCESSÃO APENASMENTE EM RELAÇÃO
 À ATIVIDADE PARLAMENTAR - EXERCÍCIO
 REGULAR DE DIREITO AFASTADO -
 ACUSAÇÃO ADEMAIS INVERÍDICA –
 VULNERAÇÃO MANIFESTA DO COMPLEXO
 VALORATIVO DA PESSOA HUMANA –**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

INDENIZAÇÃO INSUFICIENTE – ELEVAÇÃO DETERMINADA - SENTENÇA REFORMADA NO “QUANTUM” FIXADO – RECURSO ADESIVO ACATADO – APELAÇÃO DO R. DESPROVIDA (Apelação n.º 1031216-87.2017.8.26.0576, TJ-SP, 2.ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Giffoni Ferreira, j. 19 jun. 2018, grifei).

E o Superior Tribunal de Justiça:

CONSTITUCIONAL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATOS PRATICADOS POR DEPUTADO FEDERAL. OFENSAS VEICULADAS PELA IMPRENSA E POR APLICAÇÕES DE INTERNET. IMUNIDADE PARLAMENTAR. ALCANCE DE LIMITAÇÕES. ATOS PRATICADOS EM FUNÇÃO DO MANDATO LEGISLATIVO. NÃO ABRANGÊNCIA DE OFENSAS PESSOAIS. VIOLÊNCIA À MULHER. INTIMIDAÇÃO E REDUÇÃO DA DIGNIDADE SEXUAL FEMININA DA RECORRIDA (Recurso Especial n.º 1.642.310/DF, STJ, 3.ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 14 ago. 2017, grifei).

Sem destoar, a Corte Suprema:

DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL. DANOS MORAIS. OFENSA IRROGADA DURANTE SESSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. IMUNIDADE PARLAMENTAR. CARÁTER RELATIVO. OPINIÃO SEM PERTINÊNCIA COM A FUNÇÃO LEGISLATIVA. INTENÇÃO DE ATAQUE PESSOAL E À HONRA. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 29, VIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO MANEJADO SOB A



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

VIGÊNCIA DO CPC/2015 (Agravado Regimental no Recurso Extraordinário n.º 1.110.910/MT, STF, 1.ª Turma, Rel. Min. Rosa Weber, j. 31 ago. 2018).

O pedido é parcialmente procedente.

O caso em apreço exige a ponderação de princípios constitucionais. É que se trata de cristalino entrelaço entre os direitos à liberdade de expressão e aqueles da personalidade.

Os direitos às liberdades de pensamento e de expressão são preceitos fundamentais, garantidos pela Constituição da República. Insuflam, ao demais, normas garantidoras dos direitos de crítica e de posicionamento, quer político, religioso ou ideológico.

Encontram, entanto, as liberdades *supra* limite de igual valia normativa. Trata-se dos direitos ao nome, à honra e à imagem-atributo, também alçados à condição de bens jurídicos fundamentais, porquanto prestigiados pela própria Constituição da República.

É o magistério de Cláudio Luiz Bueno de Godoy (***A Liberdade de imprensa e os direitos da personalidade***, São Paulo: Atlas, 2001, pp. 100-1, grifei):

A crítica, segundo René Ariel Dotti, é entendida como o juízo valorativo proposto pelo homem, a partir da 'análise sobre o conteúdo e veracidade dos acontecimentos que lhe são transmitidos'. E não há dúvida de que ela, de maneira geral, representa forma de manifestação do pensamento que, como visto, deve ser livre, mercê de garantia constitucional. [...] É certo que **a crítica, como sói ocorrer com qualquer direito, não é ilimitada. Seu exercício, com efeito, não é absoluto. De tal sorte que, dependendo das circunstâncias,**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

poderá a ela opor-se, sim limitando-se, o direito da personalidade, muito comumente a honra das pessoas. [...] Ao que se entende, a chave para solução da questão é a identificação da pertinência da crítica com a obra e fato criticados. **Em diversos termos, o que não se deve admitir é que, a pretexto do exercício do direito de crítica, acerca de fato ou obra, se queira, a rigor, atingir, de modo ofensivo, a pessoa a quem diga respeito esse fato ou obra criticados. [...]** Conforme acentua Vidal Serrado, tem-se aí nada mais senão um necessário princípio da boa-fé que deve marcar o exercício do direito de crítica. Ou seja, a despeito de sua qualidade ou veemência, a crítica precisa ser objetiva, vale dizer, fulcrada no exame opinativo sobre a obra ou feito criticado, sem extravasar para o campo do ataque à pessoa autora da obra ou feito, quando então já faltará o substrato institucional, de interesse público, é que inerente à liberdade de imprensa”.

Com efeito, o patente conflito das suscitadas liberdades com os direitos da personalidade comete ao hermeneuta a missão de erigir a norma a que, a um só tempo, logre o desiderato do legislador constitucional e assegure a coerência do ordenamento posto, de modo que nem se restrinja sobremaneira a envergadura do fundamento-valor (a força da sociedade civil e as liberdades de expressão e do pensamento e dos direitos à informação, à crítica, e aos posicionamentos político, religioso ou ideológico) a orientá-la, nem se a amplie até ao atingimento de situações merecedoras do referendo à manifestação do pensamento.

De fato, surgem, cada dia, mais casos e debates jurídicos engendrados no seio da expansão vertiginosa dos *media* de informação, divulgação e entretenimento, os quais, à medida que se ocupam de partes maiores nas vidas particulares, têm posto riscos à preservação da privacidade dos indivíduos (Anderson SCHREIBER, **Direitos da personalidade**, 2.ª ed. São Paulo: Atlas, 2013).

Assim é que é tornada inconstitucional a censura prévia de mídias que retratem personalidades afamadas, assegurando-se, em óbvio, o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

acesso posterior dos retratados aos meios legais e ao eventual recurso ao instrumento da indenização, em exercício do **direito de resposta**. *Vide* o seguinte trecho, destacado da ementa do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 130, sob a relatoria do Ministro Carlos Ayres Britto:

4. MECANISMO CONSTITUCIONAL DE CALIBRAÇÃO DE PRINCÍPIOS. O art. 220 é de instantânea observância quanto ao desfrute das liberdades de pensamento, criação, expressão e informação que, de alguma forma, se veiculem pelos órgãos de comunicação social. Isto sem prejuízo da aplicabilidade dos seguintes incisos do art. 5º da mesma Constituição Federal: vedação do anonimato (parte final do inciso IV); do direito de resposta (inciso V); direito a indenização por dano material ou moral à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas (inciso X); livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (inciso XIII); direito ao resguardo do sigilo da fonte de informação, quando necessário ao exercício profissional (inciso XIV). Lógica diretamente constitucional de calibração temporal ou cronológica na empírica incidência desses dois blocos de dispositivos constitucionais (o art. 220 e os mencionados incisos do art. 5º). Noutros termos, primeiramente, assegura-se o gozo dos sobredireitos de personalidade em que se traduz a “livre” e “plena” manifestação do pensamento, da criação e da informação. Somente depois é que se passa a cobrar do titular de tais situações jurídicas ativas um eventual desrespeito a direitos constitucionais alheios, ainda que também densificadores da personalidade humana. Determinação constitucional de momentânea paralisação à inviolabilidade de certas categorias de direitos subjetivos fundamentais, porquanto a cabeça do art. 220 da Constituição veda qualquer cerceio ou restrição à concreta manifestação do pensamento (vedado o anonimato), bem assim todo cerceio ou restrição que tenha por objeto a criação, a expressão e a informação, seja qual for a forma, o processo, ou o veículo de comunicação social. Com o que a Lei Fundamental do Brasil veicula o mais democrático e civilizado regime da livre e plena circulação das ideias e opiniões, assim como das notícias e informações, mas sem deixar de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

prescrever o direito de resposta e todo um regime de responsabilidades civis, penais e administrativas. Direito de resposta e responsabilidades que, mesmo atuando a posteriori, infletem sobre as causas para inibir abusos no desfrute da plenitude de liberdade de imprensa (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 130/DF, STF, Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, j. 30 abr. 2009)

A fixação de que a livre manifestação de pensamento não receba antecipado controle é pacificamente conciliável com as posteriores aplicações da legislação ordinária de direito civil e de direito penal na revisão do conteúdo veiculado, nunca, porém, com maior rigor do que o empregado relativamente aos indivíduos em geral. De sorte que, *ex post* a aferição de eventual lesividade da conduta do réu, tem-se, nos direitos da personalidade, **liberdade negativa**.

Nesse sentido, Ronaldo Porto Macedo Júnior: *“Liberdade é aqui basicamente entendida em seu sentido de não impedimento, isto é, quanto direito a fazer o que se bem entender [...], de não ser incomodado”*. (In: Nelson NERY JÚNIOR; Rosa Maria de Andrade NERY, **Doutrinas essenciais**: responsabilidade civil, v. 8, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 26).

É dizer: desde que, tornada pública a manifestação do pensamento, atinja ela direito da personalidade de terceiro, outorga-lhe a ordem jurídica a prerrogativa de fazer cessar, processualmente, a injustificada agressão.

***In casu*, o conteúdo veiculado pelo réu, em redes sociais, via web, dota-se de eminente *animus caluniandi*.**

Deveras, desbordou da mera indicação da existência de ação civil pública aduzida em face do autor, para acoimá-lo, ainda que sob acusação genérica, de **criminoso**, mediante manipulação dos fatos, a mais de imputar-lhe qualidades – (i) “mentiroso”, (ii) “aproveitador”, (iii) “crápula”, (iv) “carreirista”, (v) “oportunista”,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

(vi) “enganador”, (vii) “fanfarrão”, (viii) “corrupto”, (ix) “João Pinóquio Dória” – degradantes de sua dignidade e decoro.

O réu **não** esteve em exercício regular da atribuição, a si cometida, como titular de cargo eletivo junto ao Poder Legislativo, de fiscalização, de interesse público, do então ex-prefeito (Apelação n.º 0008444-98.2012.8.26.0358, TJ-SP, 2.ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Neves Amorim, j. 31 mar. 2015). Meramente escusou-se na inviolabilidade anexa ao seu ofício para lhe ofender o patrimônio moral com fotomontagens e termos pejorativos, sem qualquer homenagem ao exercício dos direitos de informação ou de crítica.

Verdadeiro que se encontram as pessoas públicas, como o autor – então ex-prefeito da cidade de São Paulo, e ora governador eleito do Estado de São Paulo – excepcionalmente expostas ao escárnio típico de sua atuação (v. Apelação n.º 1003699-93.2017.8.26.0322, TJ-SP, 6.ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Paulo Alcides, j. 6 nov. 2018)(Apelação n.º 0004093-24.2014.8.26.0581, TJ-SP, 4.ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Maia da Cunha, j. 22 fev. 2018)(Apelação n.º 1009300-03.2015.8.26.0047, TJ-SP, 5.ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. James Siano, j. 26 jun. 2016), também o é a assertiva de que se devam tolher as declarações as que, posto que aproveitem ao seu candidato opositor, ultrapassem a fronteira da civilidade, o reflexo político das campanhas eleitorais ou devassem seu inalienável e irrenunciável núcleo de direitos da personalidade.

Vide:

RECURSO ESPECIAL
 RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO
 PROCESSUAL CIVIL. DECLARAÇÕES
 OFENSIVAS RELATIVAS A PREFEITA
 MUNICIPAL VEICULADAS EM RÁDIO LOCAL.
 ABUSO DO DIREITO DE INFORMAR.
 INDENIZAÇÃO DEVIDA. CONDENAÇÃO EM
 VALOR INFERIOR AO PRETENDIDO PELA
 AUTORA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NÃO
 CARACTERIZADA. RECURSO ESPECIAL NÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

CONHECIDO.

1. É incontroverso o fato de a recorrente ter programas de rádio em que imputou à recorrida, então prefeita municipal, atos cuja reprovabilidade é manifesta, quais sejam: furar poços em propriedades de fazendeiros ricos em troca de votos e utilizar-se de propaganda mentirosa. Ademais, a afirmação de que o Município possui Prefeita eleita pelo povo, mas quem governa é o marido, mostra-se ultrajante, além de patentear preconceito em relação a administradoras do sexo feminino.

2. As pessoas públicas, malgrado mais suscetíveis a críticas, não perdem o direito à honra. Alguns aspectos da vida particular de pessoas notórias podem ser noticiados. No entanto, o limite para a informação é o da honra da pessoa. Com efeito, as notícias que têm como objeto pessoas de notoriedade não podem refletir críticas indiscriminadas e levianas, pois existe uma esfera íntima do indivíduo, como pessoa humana, que não pode ser ultrapassada.

3. Por outro lado, não prospera o argumento de que inexistia o animus de ofender a vítima. O exame das declarações difundidas nos programas de rádio revela evidente a vontade consciente de atingir a honra da ora recorrida, mediante imputação de atos tipificados como crime, como corrupção passiva, ou de atos que simplesmente a desmoralizam perante a sociedade. Com efeito, estando evidente o abuso do direito de informar, a indenização por danos morais é medida que se impõe.

4. Não é o só fato de a autora ter pleiteado indenização em valor superior ao deferido nas instâncias ordinárias que caracteriza sucumbência recíproca, uma vez que o valor da indenização deduzido na inicial é meramente estimativo.

5. Recurso especial não conhecido (Recurso Especial n.º 706.769/RN, STJ, 4.ª Turma, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, j. 14 abr. 2009, grifei).

Segue que lhe ofende o réu a honra em seus vernizes objetivo e subjetivo, derivados – como demonstrado nos autos – efeitos ofensivos ao seu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

complexo valorativo, à sua reputação e à sua estima.

De sorte que, *in casu*, não se pode o réu escudar em minorar-se a defesa da privacidade de pessoas públicas. **Prevalece, pois, o direito à honra sobre aquele à ampla liberdade de expressão, e deve o autor ver-se credor da respectiva reparação por danos morais.**

Saliente-se que a transgressão empreendida via *internet* implica constante ofensa a direito, graças à divulgação anárquica e instantânea do material ofensivo, a irradiar, indefinidamente, seus efeitos nocivos, sobretudo por constar das páginas hospedadas em redes sociais pelo réu pessoa pública, vereador, com amplo apelo ao seu eleitorado.

No que tange à liquidação, considerando a extensão do dano, o grau de culpa do ofensor e o potencial expressivo de disseminação das publicações e mensagens de texto, na rede mundial de computadores, bem como os transtornos sofridos pelo autor, afigura-se razoável estimar a indenização não em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mas em **R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por vitupério, logo, 90.000,00 (noventa mil reais).**

Por outro lado, quanto ao pedido consistente em retratação pela ofensa, **novamente** assiste ao autor razão.

De fato, **é imperativo retifique o réu as informações ventiladas em sua página hospedada nos sítios eletrônicos *Facebook* e *Instagram*, bem como via sua conta pessoal no mensageiro *WhatsApp*.** Porque o autor não é, como pretendeu fora o réu, em suas publicações e postagens, réu em processo penal, nem se acha em vias de ver-se condenado a pena privativa de liberdade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

Segue que o réu deva fazer **comunicar-se, aos seus eleitores o inteiro teor desta sentença**, fato de interesse da coletividade, **naqueles canais**, dado o caráter pedagógico da medida, nos termos da Lei n.º 13.188/2015, a fim de se desestimular a malsinada prática de propagação das *fake news*, as quais não encontram guarida na ordem jurídica brasileira, protetora senão daquelas informações alusivas a *“fatos [que] correspondam à realidade, ou pelo menos que, provavelmente sejam verdadeiros”* (Apelação n.º 1013036-59.2018.8.26.0100, TJ-SP, 4.ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Alcides Leopoldo, j. 31 ago. 2018).

Vide o comando inserto nos dispositivos da Lei n.º 13.188/2015, sobre o direito de resposta, *verbis*:

Art. 2.º Ao ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social é assegurado o direito de resposta ou retificação, gratuito e proporcional ao agravo.

E, alhures:

Art. 4.º A resposta ou retificação atenderá, quanto à forma e à duração, ao seguinte:

I - praticado o agravo em mídia escrita ou na internet, terá a resposta ou retificação o destaque, a publicidade, a periodicidade e a dimensão da matéria que a ensejou;

[...]

§ 1.º Se o agravo tiver sido divulgado, publicado, republicado, transmitido ou retransmitido em mídia escrita ou em cadeia de rádio ou televisão para mais de um Município ou Estado, será conferido proporcional alcance à divulgação da resposta ou retificação.

§ 2.º O ofendido poderá requerer que a resposta ou retificação seja divulgada, publicada ou transmitida nos mesmos espaço, dia da semana e horário do agravo.

De outra parte, **não** vinga o pedido de que, em sede de retratação, desculpe-se o réu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

Com efeito, **não** é atribuição do Poder Judiciário compelir parte processual ao estado psicológico típico do arrependimento. O Direito posto não zela pelos ânimos psíquicos humanos, os quais lhe são de todo irrelevantes (v. quanto à simulação absoluta, o adágio *simulata non valent*), porquanto não possuem conotação jurídica, enquanto se não convertam em condutas passíveis de se subsumirem à tutela jurisdicional, sob pena de inadmissível incursão do Direito nas searas moral e, quiçá, religiosa, para o desvirtuamento do princípio da imparcialidade do julgador.

Repise-se: tal pedido de perdão é senão circunstância subjetiva, de caráter pessoal, de espontânea manifestação, passível de premiar-se pelo julgador (v. quanto aos crimes contra a honra, a extinção da punibilidade pelo fato mesmo da retratação anterior à sentença), mas, jamais, de incutir-se pela exclusiva força de determinação judicial.

O mais não pertine.

Diante do exposto, **ACOLHO PARCIALMENTE O PEDIDO**, para CONDENAR o réu a (i) retratar-se publicamente, fazendo publicar-se o inteiro teor desta sentença em sua página hospedada nos sítios da *web Facebook e Instagram*, bem como via sua conta pessoal no mensageiro *WhatsApp*, em 5 (cinco) dias, sob pena de multa cominatória, arbitrada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) diários, com limite aos R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), bem como a (ii) pagar ao autor o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), a título de danos morais, atualizado a partir desta data. Incidirão juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

Como o polo ativo decaiu de parte mínima do seu interesse, condeno o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários ao advogado do autor que fixo em 15% sobre o valor da condenação atualizado, observado o disposto no parágrafo 16 do artigo 85 do Código de Processo Civil e, tendo em vista os parâmetros delineados nos incisos I a IV do parágrafo 2º do artigo 85 também do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

P.R.I

São Paulo, 13 de novembro de 2018.

Anna Paula Dias da Costa
Juíza de Direito

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--